



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE**

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Licenciatura em Geografia

Orientação: População, Desenvolvimento e Ambiente (PDA)

Projecto de Fim de Curso

A situação da Urbanização na Cidade de Quelimane, 2007 e 2017

Shaquil Rachide Rajabo

Maputo, Março de 2026

A situação da Urbanização na Cidade de Quelimane, 2007 e 2017

Projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia na Universidade Eduardo Mondlane.

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Orientação: População, Desenvolvimento e Ambiente (PDA)

Discente: Shaquil Rachide Rajabo

Supervisor: Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos

Maputo, Novembro de 2025

Presidente de Júri	Vogal 1	Vogal 2	Data

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Shaquil Rachide Rajabo, declaro por minha honra que este projecto de culminação de curso é da minha autoria, sendo o seu conteúdo resultado de pesquisas por mim realizadas sob supervisão do Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos. O conteúdo extraído de trabalhos de outros autores foi devidamente citado e as referências listadas de acordo com as normas vigentes na instituição. O trabalho nunca foi apresentado em qualquer instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, Novembro de 2025

(Shaquil Rachide Rajabo)

DEDICATÓRIA

Dedico este projecto, antes de tudo, aos meus pais Rachide Rajabo e Tovable Abdala Canana, pilares da minha vida, cujo amor, esforço e orientação sempre iluminaram o meu caminho. Agradeço-vos por cada sacrifício, cada palavra de incentivo e cada conselho que me deram. Às minhas mães Jubeida Arnaldo Mugaia e Abida Manuel Zabura, exemplo de força, coragem e dedicação.

A cada um de vocês, ofereço este trabalho como símbolo da vossa importância na minha formação pessoal, académica e humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a ALLAH S.W (وَتَعَالَى سُبْحَانَهُ اللَّهُ), pela força, saúde e perseverança que me permitiram chegar até esta etapa da minha formação académica.

Expresso a minha profunda gratidão aos meus pais Rachide Rajabo e Tovole Abdala Canana, pelo amor incondicional, pelos conselhos sábios e por todo o apoio ao longo da minha vida. Às minhas mães Jubeida Arnaldo Mugaia e Abida Manuel Zabura, agradeço pelo carinho, incentivo contínuo e pela educação que sempre me proporcionaram. A família, cujo apoio incondicional me deu a força necessária para seguir em frente. Aos meus irmãos do coração Djundjo Canana, Isac Isau e Sumeia Rachide, agradeço pelo companheirismo, apoio moral e presença constante que sempre me motivaram a seguir em frente.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos, manifesto o meu sincero reconhecimento pela orientação rigorosa, pela paciência, pelos ensinamentos transmitidos e pela disponibilidade constante durante todas as fases deste projecto de pesquisa.

Agradeço igualmente aos docentes do curso de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane, por todo o conhecimento académico e científico que contribuíram significativamente para a minha formação.

Aos meus colegas de trincheira Adil Edmundo, Afonso Bernardino, Filimone Carlos António, Heraclito Fagene, Alcídio Comundela, Adília Novela, Neumidio Napaho Jr. deixo o meu agradecimento especial pelo apoio, amizade, partilha de ideias e pelo espírito de união ao longo do curso. Aos meus colegas de quarto, em especial Virgílio Winesse, agradeço pela convivência, compreensão e companheirismo diário, que muito contribuíram para o meu equilíbrio emocional e académico durante esta jornada. Aos moradores e líderes do Tangara, deixo o meu sincero agradecimento pela convivência, abertura e partilha de experiências essenciais para o desenvolvimento da minha vida pessoal e académica.

A todos que, de forma directa ou indirecta, que contribuíram para eu chegar nesta etapa, deixo aqui a minha profunda gratidão.

Lista de Abreviaturas e Símbolos

MAE – Ministério de Administração Estatal

INE – Instituto Nacional de Estatística

PRE – Programa de Reabilitação Económica

ODS – Objectivo de Desenvolvimento Sustentável

PEU – Plano de Estrutura Urbana

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

FIPAG – Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água

MAEFP – Ministério de Administração Estatal e Função Pública

DNAAS – Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento

MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

Resumo

O presente projecto de pesquisa tem como objectivo analisar a situação da urbanização na cidade de Quelimane, com base nos dados dos Censos de 2007 e 2017. A cidade de Quelimane tem apresentado um crescimento populacional e espacial significativo nas últimas décadas, factores que levantam preocupações sobre as desigualdades socioespaciais e sobre as condições de urbanidade nos diferentes bairros.

A pesquisa centrar-se-á na avaliação dos principais indicadores de urbanidade como tipo de habitação, saneamento, acesso à água e energia com o intuito de compreender a estrutura interna da cidade e verificar se esta segue o modelo de organização dos espaços urbanos proposto por ARAÚJO (2003), que distingue áreas urbanas, suburbanas e periurbanas. A investigação basear-se-á na análise de dados censitários, referentes a indicadores de urbanidade e na produção cartográfica.

Espera-se que os resultados contribuam para o planeamento urbano sustentável, auxiliando na definição de estratégias que promovam maior equidade na distribuição de serviços urbanos e melhor organização do espaço urbano.

Palavras-chave: Urbanização; Urbanidade; Indicadores Sociais; Cidade de Quelimane.

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
Lista de Abreviaturas e Símbolos.....	iv
Resumo	v
CAPÍTULO I	1
1. Introdução	1
1.1. Revisão de Literatura.....	2
1.2. O Problema.....	5
1.3. Hipóteses	7
1.4. Objectivos.....	7
1.4.1. Geral	7
1.4.2. Específicos.....	7
1.5. Justificativa.....	8
CAPITULO II.....	9
2. Quadro teórico e conceitual.....	9
2.1. A urbanização em Moçambique: da cidade colonial à cidade pós- independência	10
2.2. Urbanidade em Moçambique.....	14
CAPITULO III	16
3. Enquadramento e Caracterização Geral	16
3.1. Enquadramento Cósmico e Geográfico da Cidade de Quelimane	16
3.1.1. Limites da autarquia e divisão administrativa	16
3.1.2. Topografia e Relevo	17
3.1.3. Geologia e Solo	18
3.1.4. Clima	19
3.1.5. Hidrografia.....	19
3.1.6. Vegetação e Fauna.....	20
3.2. O Caso da Cidade de Quelimane	20
3.2.1. Histórico da urbanização da cidade	20
3.3. População e característico sócio-económicas.....	21
3.3.1. População	21
3.3.2. Saúde	22

3.3.3. Educação.....	22
3.3.4. Água	22
3.3.5. Características socioeconómicas e espaciais	23
3.3.6. Indústria e Comercio	23
3.3.7. Agricultura e Pesca.....	24
3.3.8. Inserção de Quelimane na dinâmica regional.....	24
CAPITULO IV	25
4. Metodologia.....	25
4.1. Fase 1: Etapa de Gabinete	25
4.2. Fase 2: Tratamento, Análise dos Dados e Produção Cartográfica	26
4.2.1. Fonte e natureza dos dados.....	26
4.3. Justificativa pela não realização de trabalho de campo	27
4.4. Limitações metodológicas	27
CAPITULO V	28
5. Cronograma de Actividades	28
6. Recursos	28
7. Referências Bibliográficas.....	30
8. Apendice.....	32

Índice de Figuras

Figura 1: Modelo de organização dos espaços urbanos em Moçambique.	11
Figura 2: Localização da área de estudo.....	16
Figura 3: Mapa de solos e geologia da cidade de Quelimane	18
Figura 4: Gráfico Termo pluviométrico	19

Índice de Tabelas

Tabela 1: Limites Administrativos da cidade de Quelimane.....	17
Tabela 2: Divisão administrativa da cidade de Quelimane	17
Tabela 3: Item e Orçamento	29

CAPÍTULO I

1. Introdução

A urbanização é um fenómeno global que tem moldado profundamente a organização do espaço geográfico, as dinâmicas socioeconómicas e as condições de vida das populações. De acordo com Lefebvre (2001), a cidade representa simultaneamente um espaço material e um produto social, sendo construída, apropriada e transformada pelas relações humanas e pelas forças económicas. Como observa Viana (2010), as cidades Africanas oscilam entre modelos de crescimento compacto, difuso e até “sem forma”, resultado de planificações frágeis, limitações institucionais e expansão informal do solo urbano. Este padrão é visível sobretudo nas chamadas cidades intermédias. Em países em desenvolvimento, como Moçambique, a urbanização revela-se particularmente complexa, caracterizando-se por elevados índices de crescimento populacional, expansão periférica e profundas desigualdades no acesso a serviços e infra-estruturas básicas. No caso moçambicano, a urbanização foi fortemente influenciada pelo processo colonial, pela guerra civil (1977 – 1992) e pelos movimentos migratórios internos que se intensificaram após a descolonização (MALOA, 2019).

As cidades registaram transformações significativas, o crescimento populacional acompanhado pela expansão física da cidade alterou a estrutura espacial, criando novas dinâmicas urbanas e reconfigurando o espaço urbano (MALOA, 2019). Este crescimento, no entanto, ocorreu de forma desigual, que continuo reproduzindo a histórica dualidade entre áreas consolidadas e zonas suburbanas e periurbanas, muitas vezes carentes de infra-estruturas básicas (ARAÚJO, 2003).

Para interpretar estas dinâmicas, o presente estudo adopta como referência o modelo concêntrico proposto por Araújo (2003), que identifica três áreas: a cidade de cimento (núcleo formal), a cidade de caniço (zona suburbana) e a zona periurbana. Este modelo permite analisar como se distribuem os serviços e infra-estruturas ao longo do espaço urbano e como as condições de vida variam espacialmente.

Assim, compreender a urbanização de Quelimane analisando dados censitários de 2007 e 2017 a considerar indicadores como tipo de habitação, acesso à água, saneamento, energia, etc. Esta análise permitirá identificar padrões de urbanidade, desigualdades intraurbanas e a estruturação da cidade.

1.1.Revisão de Literatura

A formação das cidades é um fenómeno antigo, estando ligado principalmente às diversas formas de produção capitalista (MATOS; MERDEIRO, 2010). Ao longo do tempo, após a formação das primeiras cidades, que enraizavam características políticas e administrativas, o capitalismo era o principal agente que transformava os espaços urbanos segundo as suas necessidades ao mesmo tempo que se realizava um movimento no sentido contrário, a revolução industrial foi a motriz do fenómeno da urbanização e em consequência as cidades passaram a ser as áreas mais massificadas do planeta (MATOS; MERDEIRO, 2010).

Este fenómeno que remonta do século XVIII, apresenta-se como recente para a maioria dos países africanos, com particular destaque para Moçambique, apesar de alguns autores referirem que mesmo antes da chegada dos europeus ao continente africano, este já possuía alguns amuralhados que podiam ser considerados de cidades, contudo a referência à cidade é feita após a chegada dos europeus (MATOS; MERDEIRO, 2010).

O fenómeno da urbanização no continente está estritamente associado à descolonização desses países, processo que começou apenas nos meados do século XX, para Moçambique, este fenómeno é ainda muito recente porque apenas começou nos últimos 25 anos do século XX (MATOS; MERDEIRO, 2010).

Para Viana (2010) há um paradigma, para as cidades africanas, sustentado pela integração entre o formal (Planeado) e o informal (espontaneo ou autoconstruido), o autor defende que as cidade africanas contemporâneas não podem mais ser entendidas pela velha lógica colonial, linear, rígida e dicotómica, pois ela se transformou num mosaico urbano plural e polimórfico, resultado da convivência entre diferentes formas de vida, modos de habitar e escalas de intervenção.

A urbanização em Moçambique insere-se dentro de um contexto histórico, cuja origem remonta das profundas desigualdades estruturais implantadas no período colonial, que se prolonga ao período pós-independência. A literatura especializada evidencia que o fenómeno da urbanização dentro do país não segue um padrão linear ou homogéneo. Revela antes dinâmicas complexas e contrastantes que se materializam na organização espacial das cidades.

Baia (2011), parte da hipótese de que a urbanização moçambicana é um fenómeno historicamente condicionado pelas dinâmicas coloniais e pelas lógicas pós-independência.

O autor questiona a ideia de que a “urbanização” em Moçambique não seria apenas uma herança do colonialismo, defendendo que já existiam formas urbanas e redes comerciais locais no período pré-colonial; Antes da colonização europeia, já existiam formas de organização espacial autóctones, baseadas em centros comerciais, políticos e culturais. Essas cidades (como Kilwa, Sofala, Ilha de Moçambique, entre outras) desempenhavam papel crucial nas rotas comerciais do Índico, conectando o interior do continente ao comércio árabe e asiático, “A urbanização africana pré-colonial possuía dinâmicas próprias, centradas nas relações comerciais, no poder político e nas tradições locais” (BAIA, 2011, p. 135). A chegada dos europeus desarticulou essas redes urbanas tradicionais, impondo um novo modelo de cidade colonial, segregada e dual. Após a independência, o estado Moçambicano procurou reverter a segregação urbana e promover uma urbanização mais igualitária, contudo, as crises económicas e a guerra civil (1977–1992) travaram esse processo, e a urbanização informal expandiu-se rapidamente (BAIA, 2011).

Matos (2021) observa que “A definição de áreas urbanas ou de cidade adoptadas no país é determinada pelo MAE. O MAE define as áreas urbanas tendo como principais indicadores os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais, densidade da população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de actividades de comércio, educação e saneamento (BANCO MUNDIAL, 2010). Estes indicadores permitem diferenciar as cidades de acordo com o seu nível de desenvolvimento. Contudo, não fica claro qual o peso de cada um dos indicadores e como se relacionam para a definição de uma cidade ou de uma vila ou mesmo do espaço urbano. Com base nos indicadores definidos pelo MAE, os espaços urbanos são categorizados em cidades do Tipo A, do Tipo B, do Tipo C, do Tipo D e as vilas. São essas cidades e vilas que formam o espaço urbano moçambicano e que são adoptados de forma acrítica pelo INE. Sendo assim, inicia-se a primeira distorção do conceito de urbano, por via da assunção de que urbanos e cidade são sinónimos e que o urbano tem como limite o espaço definido pela divisão político-administrativa das cidades e vilas. Esta associação do urbano à cidade, como tendo os mesmos limites, é a base para a definição de espaços urbanos no país. Araújo já se referia a esse aspecto na sua publicação de 2002, quando verificou que “em

1997 definiu-se como população urbana toda a que tem a sua residência permanente dentro dos limites administrativos dos aglomerados humanos que são classificados como cidades e vilas” (ARAÚJO, 2002, p.6). Em 2017, o INE (2019, p.11) refere que “de acordo com a divisão político-administrativa de 1986, considerou-se como população urbana aquela que reside nas 23 cidades e 69 vilas”. Esta associação directa entre a cidade e o urbano acaba por colocar em causa os conteúdos da urbanidade, já que os mesmos incorporam os espaços de ocupação dispersa e com características rurais (MATOS, 2021, p.110-111).

Matos (2021) aprofunda o debate sobre a urbanização moçambicana ao propor uma análise baseada em indicadores de urbanidade, isto é, variáveis capazes de medir o grau de urbanização de um determinado espaço. Ele analisa os dados censitários de 1997 e 2007 para demonstrar um crescimento urbano expressivo para cidade de Mocuba. O autor argumenta que o conceito de “urbano”, conforme adoptado oficialmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), está limitado a uma perspectiva político-administrativa, que considera apenas os limites formais das cidades e vilas. Tal abordagem, segundo o autor, levou a incorporação de amplas zonas periurbanas para se aproximar o máximo possível do centro, para se beneficiar dos equipamentos sociais básicos existentes, assim como de oportunidades de trabalho, forjando arranjos sócio espaciais que resultam da materialização das suas experiências, associadas à carência de espaço; a consequência foi a produção de um espaço não ordenado à moda urbano ocidental, desprovido dos serviços sociais básicos, com uma maior presença de palhotas (com transição para casa mista), de latrinas (num primeiro momento tradicionais e depois melhoradas) e de poços caseiros e rios e lagos (mais tarde, com a intervenção do poder público, a disponibilização de fontanários e de furos) (MATOS, 2021, p.114). O autor aplica o modelo concêntrico de Araújo para interpretar a estrutura urbana, destacando a coexistência de um centro formal consolidado, que concentra serviços e infra-estrutura, com zonas suburbanas e periurbanas e com défices significativos de urbanidade.

Nesse sentido, Matos (2021) utiliza um conjunto de indicadores clássicos de urbanidade desenvolvidos por Araújo (1999 e 2003) como, densidade populacional, actividade económica desenvolvida pelo chefe do agregado familiar, tipo de habitação, acesso à água potável, condições de saneamento, disponibilidade de energia eléctrica, para distinguir os diferentes níveis de urbanidade entre os espaços urbano, suburbano e periurbano. Estes indicadores permitem avaliar a qualidade e o grau de consolidação da vida urbana,

revelando desigualdades significativas dentro de uma mesma cidade. Ele observa ainda que a ausência de dados desagregados por bairro limita análises espaciais mais precisas, reforçando a necessidade de abordagens complementares como os dados dos municípios da cidade.

Mais recentemente, Matos (2024), retoma e actualiza o modelo concêntrico de Araújo (1999 e 2003), aplicando dados do Censo de 2017 para reavaliar a estrutura urbana cidade de Maputo. Através da análise dos mesmos indicadores de urbanidade, o autor demonstra que as desigualdades espaciais identificadas por Araújo continuam vigentes, embora assumam novas formas associadas à expansão periférica e à informalidade urbana.

Assim, Araújo oferece uma interpretação histórica e espacial das estruturas urbanas moçambicanas, destacando a persistência de uma dualidade espacial herdada do colonialismo. Baía propõe que a urbanização moçambicana é resultado de um percurso histórico complexo, onde se combinam elementos do pré-colonial, colonial e pós-colonial. Matos, por sua vez, actualiza a análise com base em dados censitários e questiona os limites conceituais das definições oficiais de urbano, propondo uma leitura mais abrangente das periferias e das suas dinâmicas de crescimento. No contexto da cidade de Quelimane, estas abordagens permitirão compreender como a estrutura interna da cidade se apresenta, e que contrastes iremos observar entre o centro e as zonas periféricas.

1.2.O Problema

A urbanização é um processo específico de organização territorial da população que, na sua inter-relação com o meio, cria um conjunto de actividades sociais, económicas e culturais que resultam na formação de um espaço com características próprias de concentração de população, de produção, de serviços e de organização espacial (ARAÚJO, 2003).

A urbanidade pode ser entendida como a manifestação da organização espacial, reflectida na presença e qualidade de infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, os quais determinam a funcionalidade e atractividade de um espaço (ARAÚJO, 1999). Assim, os níveis de urbanização variam conforme o grau de acesso da população aos serviços urbanos básicos, como, Saneamento, Acesso a Água, Energia Tipo de Habitação e entre outros; Reflectindo directamente na qualidade de vida urbana. No caso de

Moçambique, o processo de urbanização desenvolveu-se sob forte influência da herança do modelo colonial, que foi caracterizada por ser dual impondo uma lógica exógena e hierárquica de organização do espaço urbano (ARAÚJO, 2003).

Após a independência nacional, em 1975, embora se tenham verificado esforços de reestruturação urbana é o caso do decreto de 1986 que alterou a divisão administrativa das cidades, vários milhares de famílias adormeceram como rurais e acordaram como urbanas, sem que se tivessem processado quaisquer alterações de organização espacial, económicas, sociais ou culturais, e de democratização do acesso à cidade, a herança do urbanismo dual manteve-se presente, reproduzindo-se nas formas contemporâneas de crescimento urbano (ARAÚJO, 2003). A rápida urbanização verificada nos anos seguintes, impulsionada pelos fluxos migratórios rurais-urbanos, pela guerra civil (1976 – 1992) e pelo reassentamento pós-conflito, intensificou o fenómeno da expansão periférica, frequentemente desprovida de planeamento e de investimentos públicos proporcionais, o que explica a formação de áreas suburbanas e periurbanas com características de informalidade e precariedade estruturais.

A formulação do problema parte da constatação dos ensaios de Araújo (1999 e 2003) “Entre os distritos, as localidades e os bairros, observam-se contrastes evidentes, quer de ponto de vista de organização e edificação urbana, quer das características sociais e demográficas dos seus moradores, estas diferenças são bastante acentuadas em alguns casos que coloca em questão o conceito de urbano para amplas partes da cidade, em particular aquelas que dentro dos seus limites constituem os bairros designados por periurbanos, estas diferenças evidenciam a presença de 3 áreas diversificadas dentro do espaço administrativo da cidade” (ARAÚJO, 1999, P. 175).

De acordo com o modelo de Araújo, (2003) a organização interna das cidades moçambicanas apresenta uma estrutura tripartida, composta por três zonas principais: a cidade de cimento, a cidade de caniço e a zona periurbana. Cada uma representa um nível distinto de urbanidade, definido pelo tipo de habitação, qualidade das infra-estruturas, acesso a serviços básicos e condições socioeconómicas da população.

“As desigualdades sócio espaciais vão se agudizando à medida que se desloca do centro para a periferia, apesar de considerar-se três realidades sócio espaciais, importa referir que a noção de cidade está intrinsecamente associada ao modelo de cidade ocidental, esta percepção de cidade, como centro de tudo e com feições urbanísticas ocidentais, molda a

construção das noções de cidade nas três realidades do espaço urbano” (MATOS, 2021, P. 112 - 113). Com base no modelo de Araújo e estudos desenvolvidos por Matos para as cidades de Maputo e Mocuba, revelam que as cidades Moçambicanas são caracterizadas por apresentar um modelo dual, halogeno do período colonial; pretendesse aplicar o modelo para a cidade de Quelimane no intuito de compreender como a estrutura interna da cidade se apresenta e se a distribuição dos serviços sociais básicos segue o modelo de organização interna da cidade descrito por Araújo.

A presente proposta de investigação pretende analisar os indicadores clássicos de urbanidade Tipo de Habitação, Saneamento, Acesso a Água, Energia, entre outros; a partir dos dados dos censos de 2007 e 2017, para tentar compreender a estrutura interna da cidade de Quelimane (Urbano, Suburbano e Periurbano) com o objectivo de apresentar a distribuição espacial dos diferentes contrastes entre os bairros centrais e periféricos, para compreender as três 3 categorias propostas por Araújo (2003) para as cidades Moçambicanas.

Assim, a pergunta central é: qual é a situação da urbanização na cidade de Quelimane analisando os dados dos censos de 2007 e 2017 e como a estrutura interna da cidade se apresenta (urbano, suburbano e periurbano)?

1.3.Hipóteses

H1. A cidade de Quelimane apresenta uma estrutura de organização interna igual ao modelo desenvolvido por Araújo e os níveis de urbanidade degradam-se a medida que se desloca do centro para a periferia.

H2. A organização interna da cidade de Quelimane ajusta-se a um modelo híbrido, onde não é possível diferenciar as três áreas, consequentemente os indicadores de urbanidade não apresentam a mesma tendência de degradação a medida que se caminha do centro para a periferia.

1.4.Objectivos

1.4.1. Geral

Analisar a situação da urbanização na cidade de Quelimane com base nos dados do censo de 2007 e 2017.

1.4.2. Específicos

- Descrever o processo histórico da urbanização na cidade de Quelimane;
- Caracterizar os indicadores de urbanidade da cidade Quelimane;
- Apresentar e examinar a organização interna da cidade de Quelimane.

1.5.Justificativa

As cidades moçambicanas apresentam um modelo de estrutura interna das suas cidades originadas primeiramente pela implantação das infra-estruturas no período colonial que resultou na organização dessas cidades de uma forma hierárquica que trouxe a estabelecer uma divisão dessas áreas com modos e práticas (Sócias, económicos) tipicamente diferentes (ARAÚJO, 2003). E na segunda fase de concepção foi após a independência nacional em 1975, as cidades moçambicanas experimentaram um crescimento demográfico acelerado, sobretudo devido às migrações rurais-urbanas motivadas pela centralização administrativa, pelo desejo de acesso a melhores oportunidades económicas, a incorporação de áreas ao redor das cidades que em nada de urbano apresentavam, e pelos conflitos armados que forçaram deslocamentos internos. Entretanto, este crescimento ocorreu num contexto de fragilidade institucional, escassez de recursos financeiros e ausência de políticas urbanas consistentes, consequentemente, a expansão urbana deu-se de forma desordenada e predominantemente informal, ampliando os contrastes entre os centros urbanos mais estruturados e as periferias carentes de infra-estrutura (ARAÚJO, 2003).

A cidade de Quelimane tem apresentado um crescimento populacional e espacial significativo nas últimas décadas, impulsionado por migrações internas e pela centralidade regional que a cidade exerce, e processo de urbanização vem-se intensificado nas últimas décadas, caracterizado por um crescimento populacional e espacial que nem sempre está acompanhado de infra-estrutura e serviços urbanos adequados (LIMA, 2023). Esta análise assume relevância científica e prática no contexto da geografia urbana moçambicana, uma vez que contribui para a compreensão das dinâmicas urbanas em cidades intermédias e permite identificar desigualdades que afectam directamente a qualidade de vida das populações das cidades.

Investigar os indicadores de urbanidade/urbanização em Quelimane é importante por diversas razões. Em primeiro lugar, a compreensão da organização interna da cidade e permitirá identificar zonas dentro do espaço da cidade, populações com carência de infra-

estruturas e serviços básicos, assim contribuindo para a compreensão dos espaços urbanos. “Analisar esses indicadores também significa encontrar formas de reivindicar o direito à cidade (ou aos conteúdos da urbanidade que se concentram na cidade de cimento), na distribuição de infra-estruturas e serviços urbanos, o que compromete a qualidade de vida e acentua as desigualdades sócio espaciais” (MATOS, 2021).

Em segundo lugar, o estudo pode fornecer subsídios para intervenções em prol da equidade sócio espacial, propondo melhorias na gestão do espaço urbano. Finalmente, a pesquisa reveste-se de grande interesse científico para a Geografia urbana, pois permite analisar a organização interna das cidades moçambicanas proposta por Araújo, (1999 e 2003), nas pequenas e médias cidades, assim como as dinâmicas de uso do solo e identificação de factores que influenciam a urbanidade no contexto moçambicano.

CAPITULO II

2. Quadro teórico e conceitual

A compreensão dos conceitos de cidade e urbano é fundamental para analisar os processos de urbanização e urbanidade. Embora intimamente relacionados, não são sinónimos. O conceito de urbanização refere-se ao processo histórico e sócio-espacial de transformação do território marcado pelo crescimento populacional e pela expansão das infra-estruturas e serviços urbanos (LEFEBVRE, 2001). Para Satterthwaite (2005), citado por Nascimento (2011), a urbanização nos países em desenvolvimento distingue-se pela rapidez, pela informalidade e pela desigualdade na prestação de serviços básicos, criando o que ele denomina de urbanização da pobreza.

O urbano, portanto, não se restringe a uma materialidade concreta. “Carlos, (2003) e Monte-Mor, (2006) destacam que ele emerge do processo histórico de transformação da cidade, expandindo-se para além dos seus limites e absorvendo o campo, numa lógica que subordina a produção agrícola à lógica capitalista e industrial” (NASCIMENTO, 2011).

Para Santos, (1994) citado por Nascimento, (2011) a cidade representa o concreto, o particular, o interno, enquanto o urbano corresponde ao abstracto, o geral, o externo. Em outras palavras, a cidade refere-se ao espaço físico, material e delimitado, enquanto o urbano traduz o modo de vida, os valores, as práticas e os processos sociais que se irradiam a partir da cidade.

“Ronilk (1988) entende a cidade como aglomeração organizada, caracterizada pela presença de actividades não-agrícolas, funcionando como polo de atracção populacional. Lefebvre, (2001), por sua vez, define o urbano como produto da industrialização, que se manifesta não apenas na forma física, mas também na reprodução colectiva da força de trabalho, no consumo, nas trocas e nos estilos de vida” (NASCIMENTO, 2011).

Nascimento, (2011) sintetiza essa relação ao afirmar que cidade e urbano são conceitos indissociáveis, mas distintos: o urbano surge no seio da cidade industrial, expandindo-se como tecido sócio-espacial marcado por valores expectativas e modos de vida que dominam o campo. Esse autor recorda que a cidade, historicamente, nasce da divisão social do trabalho e da concentração do excedente agrícola, mas só com a industrialização é que passa a comandar o campo, consolidando-se como centro económico e social.

A noção de cidade, por sua vez, não deve ser reduzida a uma simples concentração demográfica ou infra-estrutura física. Christofolletti (1999) lembra que a cidade é também um sistema aberto, resultado da interacção entre processos naturais e sociais, onde se articulam redes de transporte, fluxos económicos e dinâmicas culturais. No contexto moçambicano, Araújo (2003) reforça essa leitura ao propor que a urbanização seja avaliada não apenas pela existência de uma cidade física, mas pela presença ou ausência de serviços básicos: qualidade dos materiais de construção, acesso à água, saneamento e electricidade. Esses elementos revelam o grau de inserção dos indivíduos no espaço urbano formal, funcionando como métricas para avaliar a integração social e territorial; Assim, a urbanidade não é homogénea, mas se expressa em diferentes níveis, resultando na coexistência de “cidades dentro da cidade” ou dualidades. Maloa (2016) enfatiza que a cidade africana contemporânea, incluindo as moçambicanas, expressa múltiplas temporalidades: o legado colonial, as dinâmicas pós-independência e as pressões do capitalismo global.

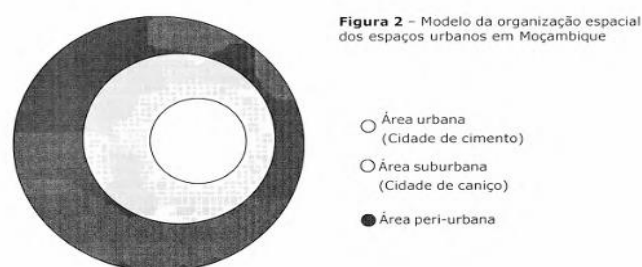
2.1.A urbanização em Moçambique: da cidade colonial à cidade pós-independência

A trajectória urbana moçambicana é marcada pela dualidade histórica entre a “cidade do cimento” (planeada, formal, com serviços básicos) e a “cidade do caniço” (precária, periférica e desprovida de infra-estruturas), herança directa do colonialismo (MALOA, 2019). “"Cidade de cimento" também designada por área urbana - organizada territorialmente, obedecendo a uma planta ortogonal; com rede viária pavimentada,

apesar de muito degradada; serviços de saneamento básico; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável e de telecomunicações; construção, em geral, vertical; concentração de comércio, serviços e algumas indústrias; falta de espaços verdes e de lazer. Área suburbana, conhecida por “cidade de caniço” - constituída por bairros não planeados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal, com predominância de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industria; graves problemas ambientais. Área periurbana - espaço de expansão da cidade, ainda com muito terreno para edificação; manchas de bairros planeados que alternam com bairros espontâneos e residências rurais dispersadas, ainda muito frequentes; construção totalmente horizontal, alternando o material de construção durável com o precário; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável inexistentes ou deficientes; falta de serviços de saneamento básico; dificuldade de circulação viária por falta de vias adequadas, com excepção dos eixos de saída e entrada da cidade; persistência de actividades rurais como a agricultura familiar e a criação de gado; a população é constituída por camponeses há muito tempo ali residentes, por imigrantes de outras áreas rurais e "imigrantes" urbanos vindos da "cidade de cimento" para aqui instalarem residências, vulgarmente designadas por quintas” (ARAÚJO, 2003, P. 170). Conforme o autor sublinha, essas características ainda permanecem até aos dias de hoje, estruturando o espaço urbano e aprofundando as desigualdades no acesso a serviços essenciais.

Figura – Modelo de organização dos espaços urbanos em Moçambique

Figura 1: Modelo de organização dos espaços urbanos em Moçambique.



Fonte: (ARAÚJO, 2003).

O período pós-independência em Moçambique caracteriza-se por uma sequência de transformações políticas, económicas e sociais profundamente marcadas pela herança colonial. Segundo Amin (1978), citado por Baia (2011), muitos estados africanos recém-independentes, sobretudo na África Austral, mantiveram uma base económica dependente das estruturas coloniais, centradas na exportação de produtos primários e na exploração da mão-de-obra camponesa. Essa dependência manteve o campesinato como elemento essencial da acumulação de capital, mesmo com a emergência de novas formas de sociabilidade associadas à economia monetarizada (BAIA, 2011).

Em Moçambique, a independência em 1975 representou uma tentativa de ruptura com o sistema colonial. O país passou de uma economia de plantações e companhias coloniais para um modelo socialista de planificação centralizada, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Esse período (1975 – 1983) foi marcado pela nacionalização de empresas, bancos, habitações e serviços, bem como pela criação de aldeias comunais e empresas estatais voltadas à produção agrícola e industrial, a FRELIMO buscou construir um Estado fortemente centralizado, com o objectivo de garantir emprego, educação, habitação e saúde à população, instaurando um modelo político de partido único e controle social (BAIA, 2011).

Contudo, a fraca capacidade administrativa, a escassez de bens e as dificuldades logísticas agravaram as tensões internas, culminando na eclosão da guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO, sustentada por regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Esse conflito devastou as infra-estruturas do país e precipitou o colapso do modelo socialista; A partir de 1983, Moçambique iniciou um processo de reestruturação política e económica, culminando, em 1987, com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), orientado pelas instituições financeiras internacionais, este plano promoveu a liberalização da economia, a privatização de empresas estatais, o estímulo ao investimento estrangeiro e a legalização do sector privado no comércio e na agricultura (BAIA, 2011).

Apesar dessas reformas neoliberais, o impacto social foi severo, a retracção do Estado reduziu o acesso da população aos serviços públicos, agravou as desigualdades sociais e intensificou o empobrecimento urbano, como resultado, emergiram novas estratégias de sobrevivência nas cidades, como o comércio informal e o surgimento de pequenos

negócios de rua, que passaram a constituir a principal fonte de renda de grande parte dos cidadãos (BAIA, 2011). Assim, a urbanização moçambicana na pós-independência reflecte uma complexa articulação entre ruptura e continuidade: a tentativa de construção de um modelo socialista nacional seguido por um processo de liberalização económica que manteve, em muitos aspectos, as desigualdades herdadas do colonialismo. Estima-se que 75% da urbanização moçambicana seja informal, carecendo de habitação adequada, saneamento e emprego (UN-Habitat, 2007). De acordo com Maloa (2019) o espaço urbano contemporâneo em Moçambique caracteriza-se, portanto, por quatro (4) elementos centrais:

Urbanização extensiva: O crescimento das cidades ocorre de forma periférica, sem o devido acompanhamento de infra-estrutura, serviços básicos e planeamento urbano. Segundo Maloa (2019), este tipo de urbanização é marcado por uma expansão horizontal, resultando no alargamento de bairros suburbanos que carecem de saneamento, abastecimento de água e mobilidade adequada.

Ruralidade no urbano: Um traço distintivo das cidades moçambicanas é a presença da ruralidade no interior do espaço urbano. Araújo (2002) observa que práticas agrícolas, formas construtivas e hábitos culturais rurais são incorporados ao quotidiano urbano, criando uma hibridização entre o campo e a cidade. Essa ruralidade é, ao mesmo tempo, estratégia de sobrevivência e evidência da incompleta consolidação da vida urbana (MALOA, 2019).

Informalidade estrutural: A produção do espaço urbano é marcada por um alto grau de informalidade, tanto no mercado de terras quanto na construção de habitação, ainda salienta que essa informalidade não deve ser entendida como excepção, mas como elemento estrutural do modo de urbanização em Moçambique, uma vez que o Estado tem dificuldade em regular e planear de forma eficaz a expansão das cidades (MALOA, 2019).

Crescimento demográfico: “A quarta e última característica da urbanização moçambicana contemporânea é o rápido crescimento demográfico no espaço urbano influenciado pelo êxodo rural e pelas altas taxas de natalidade; Só para ter uma ideia, a população urbana, entre as décadas de 1980 e 1990, cresceu 15%, apresentando, em 1997, um total de 29,2% (Araújo, 2001). Isso quer dizer que a população urbana duplicou. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 2007) calculava que, em 2007, a taxa de

crescimento demográfico seria de 34,5% para a população urbana (Figura 2) e estima que, em 2025, a taxa será de 50%” (MALOA, 2019, P. 10/15).

Essas dimensões reforçam a ideia de que a cidade moçambicana não é apenas produto do crescimento demográfico, mas também da resistência e da criatividade quotidiana dos seus habitantes. A Conferência Internacional sobre Urbanização (2024) sublinha que as cidades do país devem ser compreendidas como motores de mudança, mas também como espaços de vulnerabilidade, onde pobreza, deslocamentos forçados e desigualdades urbanas se entrecruzam.

2.2.Urbanidade em Moçambique

O conceito de urbanidade em Moçambique tem sido amplamente discutido por diversos autores, destacando-se Araújo (2003) como uma das referências centrais na análise da organização interna das cidades moçambicanas. Para o autor, a urbanidade é medida a partir do grau de acesso das famílias a quatro indicadores básicos: materiais de construção das habitações, abastecimento de água potável, saneamento básico e electricidade. Estes indicadores constituem a base para avaliar o nível de inserção dos agregados familiares na vida urbana e permitem distinguir áreas formalmente estruturadas daquelas marcadas por precariedade socioespacial. Assim, quanto maior o acesso a estes serviços, maior é o nível de urbanidade. Araújo (2003) argumenta que as cidades moçambicanas apresentam uma estrutura interna diferenciada em três áreas principais apresentadas na Figura 1.

Esta estrutura possibilita a compreensão da urbanidade como um fenómeno desigual e segmentado, no qual as condições de vida variam drasticamente entre áreas relativamente próximas do centro em relação as que estão afastadas.

A análise de Araújo, embora fundamental, não esgota o debate sobre urbanidade em Moçambique. Autores como Baía (2011) e Raposo et al. (2012) problematizam os limites do modelo concêntrico, argumentando que as práticas urbanas contemporâneas revelam um processo híbrido de produção do urbano, no qual coexistem e se combinam componentes formais e informais. Na leitura desses autores, a urbanidade em Moçambique não pode ser compreendida apenas como resultado da presença ou ausência de infra-estruturas urbanas. Pelo contrário, resulta também de estratégias de sobrevivência, redes sociais, auto-organização comunitária e mecanismos informais de

acesso ao solo e aos serviços. Estes elementos, que não são captados pelos indicadores de Araújo, tornam a urbanidade moçambicana mais complexa e multifacetada.

Segundo Baía (2011), o país vive um paradoxo: apesar da rápida urbanização, as desigualdades históricas mantêm-se e até se reforçam, expressas na dualidade persistente entre a “cidade de cimento” e a “cidade de caniço”. Raposo et al. (2012) acrescentam que, perante a fragilidade do Estado em garantir infra-estruturas e serviços, as populações das áreas suburbanas e periurbanas desenvolvem mecanismos próprios de organização, como a construção informal, a partilha de recursos, soluções de saneamento doméstico e actividades económicas de pequena escala. Assim, a urbanidade é produzida de forma não linear, combinando elementos modernos e tradicionais, formais e informais.

Deste modo, pode-se afirmar que existem duas visões complementares mas também tensamente articuladas sobre o processo de urbanização e urbanidade em Moçambique:

I.A visão estrutural de Araújo (2003), baseada na organização interna da cidade e na distribuição desigual de serviços urbanos entre as três áreas (cidade de cimento, cidade de caniço e zona periurbana). Esta abordagem é mais descritiva e permite mapear a cidade a partir de critérios objectivos e mensuráveis.

II.A visão híbrida defendida por Baía (2011) e Raposo et al. (2012), que evidencia a sobreposição de práticas urbanas formais e informais, problematizando a rigidez do modelo concêntrico de Araújo. Nesta abordagem, a urbanidade emerge também das práticas quotidianas das comunidades e de suas estratégias de adaptação num contexto de ausência parcial do Estado.

A estas contribuições soma-se a reflexão de Viana (2010), que analisa a cidade de Maputo e evidencia formas urbanas que oscilam entre o crescimento compacto, difuso e “sem forma”. Embora focalizado na capital, o seu argumento é válido para outras cidades moçambicanas, como Quelimane, ao mostrar que os processos urbanísticos nem sempre seguem padrões lógicos ou lineares. Viana (2010) reforça a ideia de que as cidades Africanas são caracterizadas por uma morfologia fragmentada, com limites fluidos entre o urbano e o rural, o formal e o informal, o planeado e o espontâneo.

Assim, a urbanidade em Moçambique deve ser compreendida como um fenómeno simultaneamente estrutural e relacional: depende da existência ou não de infra-estruturas urbanas, mas também das práticas sociais, económicas e culturais que moldam a forma

como as populações constroem, ocupam e vivem os espaços urbanos. Reconhecer estas duas visões o modelo de Araújo e a abordagem híbrida é essencial para interpretar adequadamente a organização interna das cidades moçambicanas e para analisar casos específicos, como o da cidade de Quelimane.

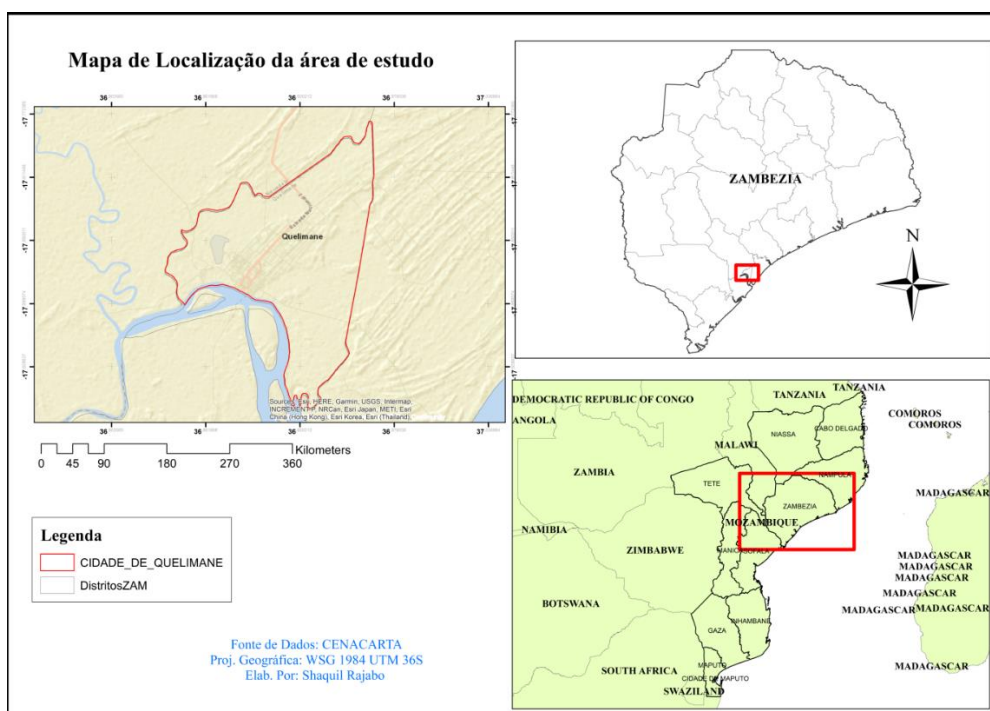
CAPITULO III

3. Enquadramento e Caracterização Geral

3.1. Enquadramento Cósmico e Geográfico da Cidade de Quelimane

O Município da Cidade de Quelimane, sede do distrito com o mesmo nome, capital e maior cidade da Província da Zambézia, localiza-se na zona da Baixa Zambézia, no Sudeste da Província, entre os paralelos 17° 47' – 17° 57' Sul e 36° 50' – 36° 57' Este, a cerca de 1600 km ao Norte da capital do País (MAEFP, 2020).

Figura 2: Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1.1. Limites da autarquia e divisão administrativa

Segundo o Diagnóstico do Plano de Estrutura Urbana (PEU, 2015) da Cidade de Quelimane, o Município tem uma superfície de 142 Km², estando em curso negociações com o Governo para a sua extensão. O Município possui os seguintes limites:

Tabela 1: Limites Administrativos da cidade de Quelimane

Norte	Posto Administrativo de Maquival (Distrito de Nicoadala);
Sul	Distrito de Inhassunge;
Este	Oceano Índico;
Oeste	Distrito de Nicoadala.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A cidade está administrativamente dividida em cinco (5) postos administrativos urbanos, que por sua vez subdividem-se em 52 Bairros conforme listado na tabela 2 abaixo e ilustrado na figura seguinte:

Tabela 2: Divisão administrativa da cidade de Quelimane

Postos Administrativos	Nomes dos Bairros
Posto Administrativo Urbano 1	1º de Maio, 24 de Julho, Aeroporto, Chirangano, Filipe Samuel Magaia, Kansa, Liberdade, Mapiazua, Piloto, Vila Pita Popular, Saguar A, Saguar B, Sinacura, Torrone Velho
Posto Administrativo Urbano 2	7 de Abril, Coalane II A, Coalane II B, Icidua, Ivagalane, Janeiro, Mirazane, Murropue, Sangariveira, Torrone Novo
Posto Administrativo Urbano 3	1º de Maio A, 1º de Maio B, 25 de Setembro, 3 de Fevereiro, Acordos de Lusaka A, Acordos de Lusaka B, Coalane I, Cololo, Sampene, Samugue
Posto Administrativo Urbano 4	17 de Setembro, Bairro Novo, Brandão, Chuabo Dembe, Floresta A, Floresta B, Inhangome, Manhaua A, Manhaua B, Micajune A, Micajune B, Santagua A, Santagua B
Posto Administrativo Urbano 5	Bazar, Gogone, Mborio, Megano, Namuinho

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em dados do MAEFP (2020).

3.1.2. Topografia e Relevo

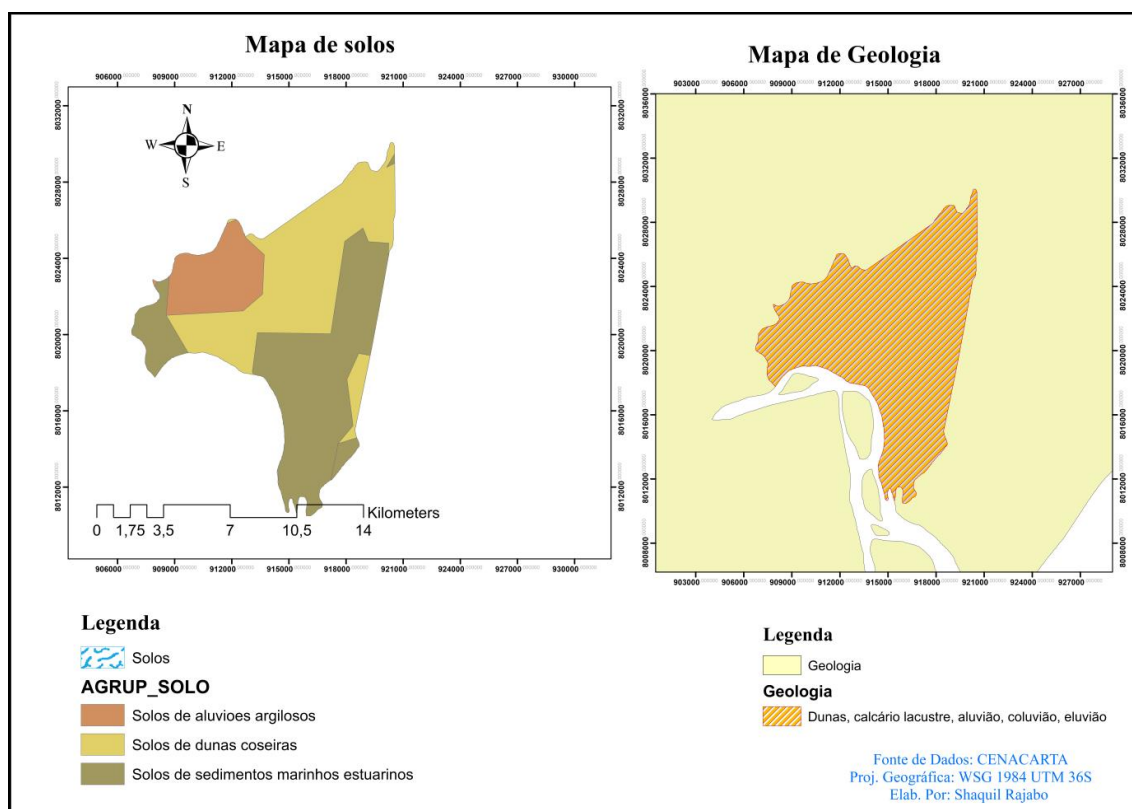
A cidade de Quelimane está localizada na planície costeira moçambicana, com uma altitude inferior a 100m (MAEFP, 2020). O relevo de Quelimane é maioritariamente composto por planícies, com uma rede de drenagem formada por alguns riachos. Quelimane encontra-se sobre um relevo de planície (com altitudes não superiores a 20 m)

com três características distintas: uma faixa arenosa ou de sistema de barra arenosa, com solos bem drenados; uma faixa das planícies de inundação que possuem solos argilosos e mal drenados; uma faixa de mangue ou terras húmidas, com solos argilosos salgados e que são inundados durante as marés altas (MAEFP, 2020).

3.1.3. Geologia e Solo

A região de Quelimane pertence a Era Pré-Câmbrica das rochas cristalinas de fundação, as planícies costeiras de Quelimane são compostas de sedimentos quaternários recém-depositados no solo, estão expostas na área de Quelimane as Dunas, calcário lacustre, aluvião, coluvião, eluvião (MUCHANGOS, 1996).

Figura 3: Mapa de solos e geologia da cidade de Quelimane



Fonte: Elaborado pelo autor.

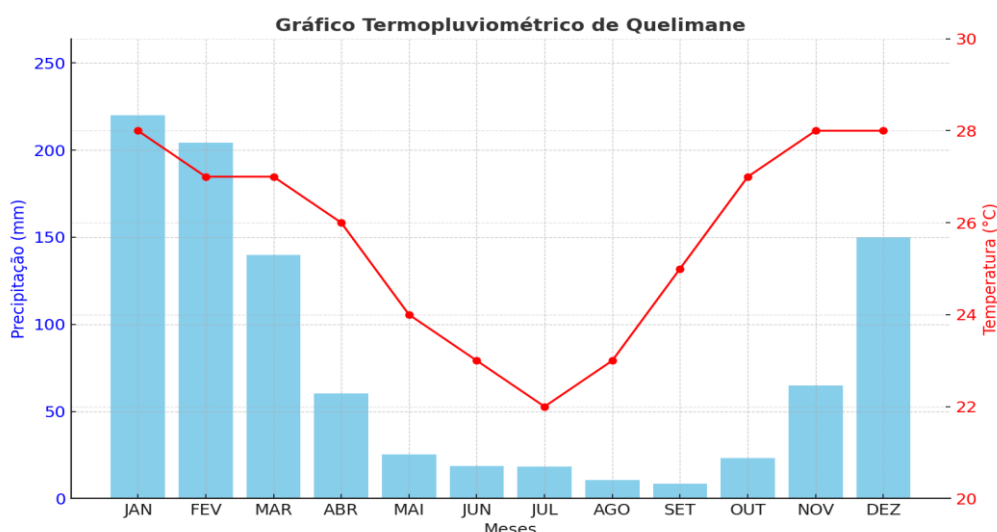
Os solos do Município de Quelimane são predominantemente do tipo aluvionares com excepção de algumas zonas que se estendem paralelamente a costa em linhas de elevações e depressões compostos por sedimentos alternados de argila, areia argilosa e estratos arenosos cobertos por depósitos finos de areias marinhas; Camada superficial mais leve,

com profundidade variável, fertilidade alta a intermédia susceptível á erosão (MAEFP, 2020).

3.1.4. Clima

O clima da região é predominantemente do tipo Tropical Chuvoso, com duas estações distintas, a estação chuvosa e a seca. No Município de Quelimane ocorre duas estações distintas, a época quente e chuvosa de Novembro a Abril, onde se regista 2/3 da precipitação ocorrem durante os quatro meses (de Dezembro a Março), mês que regista maior índice de precipitação-219mm e o mês mais seco é o de Setembro com cerca de 8,4mm. A temperatura, média é de 25,4°C. O mês mais quente é Dezembro (Máxima de 31°C e a mínima de 25°C) e o mês mais fresco é Julho (máxima de 28°C e a mínima de 19°C). A temperatura média mensal é de 23,6°C.

Figura 4: Gráfico Termo pluviométrico



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do <https://www.org.com>

3.1.5. Hidrografia

Quelimane está situado numa cadeia hidrográfica formada pelos rios Bons Sinais a sul, Motiva, Chipaca e Bazar a Norte e a Este a Lagoa Segunda, sendo o primeiro o principal onde o seu regime é constante (permanente) durante todo o ano; Os restantes cursos de água são de regime periódico e outros dois são afluentes dos rios Muambisse e Mungasse ao Norte e Sul respectivamente: rio Cua Cua. Para além destes cursos de água já referenciados Quelimane possui água subterrânea nas terras baixas cuja origem são as

recargas ocorridas nas terras altas, mas que devido á história geológica, esta água subterrânea a uma certa profundidade poderá ser salobre (MAEFP, 2020).

3.1.6. Vegetação e Fauna

A vegetação predominante na cidade de Quelimane e arredores é do tipo savana aberta e mangal. Actualmente verifica-se uma substituição desse tipo de vegetação por exóticas tais como coqueiros, papaeiras, mangueiras e bananeiras; A vegetação depende dentre outras características, da formação de solo, hidrografia e clima da região; Por isso, a vegetação é de folha larga do tipo mesofítica que seria esperada em zonas com 1380-1500mm de chuva por ano; Elas são maioritariamente decíduas, isto é, perdem as suas folhas durante a estação seca, em resposta fisiológica para minimizar a transpiração e mantêm-se desfolhadas, pelo menos alguns meses como resposta á longa estação seca em que a humidade tem de ser conservada; A vegetação da maior parte da área de estudo tem sido muito afectada pelas actividades do homem, particularmente pelos abates regulares e pela remoção da mesma para dar lugar as construções e para áreas de cultivo, Isto é, particularmente notável em alguns povoados, mas ocorre em toda a área (MAEFP, 2020).

Segundo informação da Direcção Distrital da Agricultura, há indicações de que no período antes do conflito armado existiu no perímetro do Município uma grande variedade de fauna bravia de grande valor biológico e económico; Mas, devido a concentração de pessoas, a maior parte da fauna natural desapareceu; Contudo, ainda é possível observar animais de pequeno porte nas áreas com características tipicamente rurais, mas que fazem parte da área de jurisdição Municipal, como é o caso de morcegos, onde se podem encontrar répteis (lagartos, serpentes), aves (garças, cegonhas, séguas, marrecos do egipto), entre outros MAEFP, 2020).

3.2.O Caso da Cidade de Quelimane

3.2.1. Histórico da urbanização da cidade

Quelimane, capital da província da Zambézia, constitui uma das cidades costeiras mais antigas de Moçambique, com origem ligada ao comércio marítimo do Oceano Índico, ao tráfico de escravos e, posteriormente, ao ciclo colonial de exportação agrícola. Durante o período colonial, a cidade foi estruturada a partir do modelo dual típico das urbes moçambicanas: um centro urbano planejado, edificado em cimento e destinado às elites

coloniais, contrastando com uma vasta periferia em caniço, ocupada pela população autóctone (MALOA, 2019).

“Documentos avulsos, disponíveis nos arquivos do Conselho Autárquico da cidade, indicam que as primeiras construções datam de 1544, constituídas por uma Feitoria, a fortaleza e um centro de recolha de escravos, as quais foram sendo erguidas novas, aumentando assim o património construído (CMCQ, 1997, p. 1). A mesma fonte indica que, em 1498, o navegador português Vasco da Gama chegou a este local pelo rio que chamou de Bons Sinais, antigo rio Cua-Cua. Até ao período da chegada dos Portugueses, Quelimane era um importante centro comercial Suaíle, e em 1530 a cidade foi ocupada por Portugal. Em 9 de Maio de 1761, a então povoação de Quelimane foi elevada a vila conhecida como Vila São Martinho, e finalmente elevada a categoria de Cidade a 21 de Agosto de 1942 pela portaria do Gabinete do Ministro do Ultramar número 1, sendo o Ministro, Dr. Francisco Vieira Machado, na altura Governador da Zambézia, Boletim Oficial (B.0) Nr 32/42 – Suplemento, de 1988. A partir daí, a cidade continuou a crescer lentamente até 1974, após a independência 1975, Quelimane conheceu um crescimento urbano acelerado, fruto da migração interna, sobretudo das zonas rurais da Zambézia, motivada pela procura de emprego e acesso a serviços básicos e seguidamente, vindo a ser mais rápido no período da guerra de desestabilização. E depois do processo da democratização e com a política de descentralização, a cidade de Quelimane foi elevada a categoria de município pela Lei 2/97, de 18 de Fevereiro. Contudo, tal crescimento não foi acompanhado por investimentos suficientes em infra-estrutura, resultando na expansão de bairros informais e no agravamento das condições de habitabilidade. Assim, a cidade consolidou-se como um espaço marcado por desigualdades internas, onde as áreas centrais coexistem com periferias carentes de serviços essenciais” (LIMA, 2023, P. 52).

3.3. População e característico sócio-económicas

3.3.1. População

De acordo com o Conselho Autárquico da Cidade de Quelimane (2019), em 2017, a Autarquia possuía uma população com 246,915 habitantes; Sendo que a população em 2007 era de 193,343 habitantes, têm se que nesse intervalo, aumentou a população da Autarquia com mais 156,499 habitantes, e um crescimento anual de 2.5%” Dados do INE (2017) indicam que a população da Autarquia de Quelimane tem ligeiramente mais

mulheres (51.6%) do que homens (48.4%), e é uma população maioritariamente jovem com 48.9% de habitantes com idades compreendidas entre 15-44 anos e apenas 10.4% com idade superior a 65 anos (MAEFP, 2020).

População actual e projecções de acordo com o Conselho Autárquico de Quelimane (2019), em 2017 a população da Autarquia eram de 246,915 habitantes, distribuídos por 52 bairros, Com a projecção da população da autarquia, em 2030 projecta-se Treze anos depois, que a população tenha aumentado para um total de 339,338 habitantes, equivalente a um aumento de cerca de 37% da população da autarquia em 13 anos (MAEFP, 2020).

3.3.2. Saúde

A Autarquia de Quelimane conta com um (1) Hospital Central, um (1) Hospital Provincial, quatro (4) Centros de Saúde e um (1) Posto de Saúde. O serviço de Saúde está sob gestão dos Serviços Distritais de Saúde e não do Conselho Autárquico (MAEFP, 2020). O Hospital Central de Quelimane dispõe de todos serviços, sendo a maior unidade sanitária não só a nível do município, mas a nível da Província. Tendo em conta que os cuidados primários de saúde constituem uma das grandes prioridades numa comunidade, a cidade apresenta uma boa distribuição de unidades sanitárias, consistindo num centro de saúde em cada bairro residencial (MAEFP, 2020).

3.3.3. Educação

A Autarquia de Quelimane possui uma rede escolar com ensino estatal e privado. Conta com 54 instituições de ensino, das quais 28 Escolas Primárias do 1º grau, 11 Escolas Primárias Completas nove (09) Escolas Secundárias Gerais públicas do 1º e 2º ciclo, três (03) Escola Privadas, quatro (3) Universidades e dois (2) Institutos; As Escolas estão sob gestão dos Serviços Distritais de Educação de Quelimane, e não do Conselho Autárquico da Cidade de Quelimane (MAEFP,2020).

3.3.4. Água

Com base em MAEFP (2020), A nível institucional o sector de abastecimento de água em Moçambique encontra-se sob a responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), nomeadamente da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) responsável pela implementação das

políticas e estratégias do sector e pela planificação e promoção dos investimentos para melhoramento e expansão das infra-estruturas; Especificamente no caso do Município de Quelimane, a instituição responsável pelo sistema de abastecimento de água urbano, é o FIPAG. Em termos gerais as categorias dos sistemas de abastecimento de água usados são os seguintes:

A. Sistema convencional de abastecimento de água (SAA):

A1. Sistemas de abastecimento de água (SAA) público, gerido pelo FIPAG.

A2. Minissistema de abastecimento de água (PSAA) gerido pelas instituições privadas.

B. Fontes de água dispersas:

B1. Poços e furos.

B2. Rios e Lagoas.

3.3.5. Características socioeconómicas e espaciais

A economia de Quelimane assenta historicamente na agricultura de exportação (copra, chá, borracha) e, mais recentemente, em pequenas actividades comerciais e de serviços. Apesar disso, a cidade permanece com baixos índices de industrialização e de diversificação produtiva, reflectindo as limitações estruturais da província da Zambézia (INE, 2017). No espaço urbano, observa-se uma forte dependência do sector informal, responsável por grande parte da ocupação territorial e da geração de rendimentos (LIMA, 2023).

3.3.6. Indústria e Comercio

Tendo em conta o MAEFP (2020), Embora o sector industrial tenha pouca representatividade na cidade de Quelimane, este tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos. As indústrias que mais têm registado expansão são as moageiras, panificadoras, serrações, serralharias e carpintarias. Existem algumas indústrias extractivas e transformadoras (fábrica de descasque do arroz e outras)

De acordo com o levantamento efectuado no âmbito da elaboração do PEU (2015), grande parte das indústrias existentes são de pequena dimensão, com menos de 5 trabalhadores. As médias e grandes indústrias empregam entre 5 a 30 trabalhadores. A distribuição espacial destas empresas está concentrada na zona central da cidade.

Duma maneira geral, a rede comercial ao nível da cidade de Quelimane compreende todo o tipo de estabelecimentos comerciais formais e informais, incluindo mercados e barracas, e reparte-se por três categorias principais: De grande escala - representada pelos supermercados e grandes armazéns; De média escala - onde predominam diversas lojas e armazéns especializados em vendas a grosso e localizados no centro da cidade; e Os pequenos comerciantes - de venda a retalho (MAEFP, 2020).

3.3.7. Agricultura e Pesca

A Cidade está inserida numa zona com solos predominantemente argilosos com camada superficial mais leve, com uma fertilidade boa, favorável para a prática da agricultura e pecuária, nas baixas dos rios que atravessam e delimitam a cidade como Rio Cua-Cua (Bons Sinais), Motiva, Chipaca, Baza, Lagoa Segunda e alguns riachos (MAEFP, 2020). A agricultura é praticada em pequena escala, como principal actividade de subsistência das populações da parte rural do Município, sem nenhum sistema de rega e diques de protecção da zona baixa. A actividade pecuária é de fraca expressão, existindo criadores de gado bovino, suíno, ovino e caprino, galinhas, patos e outras espécies de pequeno porte, maioritariamente em regime familiar, destacando-se a existência de alguns criadores privados (MAEFP, 2020).

Na Cidade de Quelimane os recursos pesqueiros são abastecidos na sua maioria por diversos centros de pesca que entre os quais se pode mencionar O centro de Pesca de Icidua e Chuabo Dembe, o Estuário dos Bons Sinais; “A pesca no Estuário dos Bons Sinais é de condições precárias, caracterizada pelo uso de pequenas embarcações ou canoas não motorizadas na sua maioria com comprimentos que não ultrapassam 12m desprovidos de meios de segurança em caso de naufrágio (Germano, 2018). As artes de pesca usadas no estuário dos bons sinais são: emalhe, arrasto a bordo, linha de mão e chicocota (Nhantumbo, 2019).” (MAEFP, 2020).

3.3.8. Inserção de Quelimane na dinâmica regional

Quelimane insere-se na província da Zambézia, frequentemente classificada como parte do “Norte” de Moçambique, região que historicamente tem recebido menos investimentos públicos e privados em comparação com o Sul (WORLD BANK, 2019). Essa condição regional explica, em parte, as desigualdades nos níveis de urbanidade: enquanto cidades como Maputo e Matola beneficiam de políticas de modernização,

Quelimane enfrenta limitações no acesso a financiamento, infra-estrutura e serviços urbanos.

Segundo MALOA (2019), essa disparidade reproduz a dualidade espacial do país, onde o Norte e o Centro permanecem como territórios “menos favorecidos” em termos de desenvolvimento urbano. Na prática, Quelimane reflecte os dilemas estruturais da urbanização moçambicana: crescimento rápido, periferização extensiva e carência de políticas urbanas eficazes.

CAPITULO IV

4. Metodologia

A metodologia corresponde ao conjunto de procedimentos lógicos, técnicos e operacionais que permitem alcançar os objectivos delineados na pesquisa. Segundo Oliveira (2011), a metodologia deve definir o tipo de pesquisa, o método, as técnicas de colecta e os procedimentos de análise dos dados, assegurando coerência entre o objecto de estudo e as estratégias científico-metodológicas adoptadas.

Para a implementação deste projecto será adoptada uma metodologia mista, integrando abordagem quantitativa: utilizar-se-á para tratamento estatístico dos dados secundários provenientes do Censo Populacional de 2007 e 2017, permitindo mensurar a evolução dos indicadores urbanos ao longo do período analisado. Abordagem qualitativa: será empregada na interpretação dos relatórios, e demais documentos institucionais, possibilitando compreender o contexto e o significado dos resultados numéricos obtidos; distribuídas em duas fases principais: fase 1 a etapa de gabinete, e fase 2 Tratamento e análise de dados, como as formas que se pretende operar para concretização dos objectivos traçados.

4.1.Fase 1: Etapa de Gabinete

Esta é a fase preparatória da pesquisa, na qual serão desenvolvidas as actividades de revisão Bibliográfica e análise documental.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes físicas e digitais (livros, artigos científicos, teses, relatórios técnicos) com o objectivo de identificar os principais conceitos, abordagens metodológicas e resultados de estudos anteriores sobre urbanização em Moçambique e, em particular, em Quelimane. A pesquisa documental

complementará essa etapa, através da análise de dados secundários provenientes dos Censos Populacionais de 2007 e 2017, estatísticas municipais, planos urbanísticos, relatórios de ONGs e outras instituições relevantes. Esta fase servirá de base para a elaboração dos instrumentos de pesquisa e para o enquadramento da problemática.

4.2.Fase 2: Tratamento, Análise dos Dados e Produção Cartográfica

Aqui será feita a organização, examinação e interpretação dos dados previamente colectados e classificados, com o objectivo de extrair significados e responder as questões base da pesquisa. A selecção dos indicadores baseia-se em abordagens teóricas da urbanização e urbanidade. Segundo Castells (1977), a urbanização deve ser analisada considerando dimensões demográficas, económicas e espaciais. Serão considerados os seguintes indicadores demográficos como, População total; Taxa de crescimento populacional; Densidade populacional. Indicadores de infraestruturas básicas como Acesso à água potável; Acesso à energia eléctrica; Acesso ao saneamento. Indicadores de habitação e uso do solo como Tipologia habitacional; Padrões de ocupação do solo; Indicadores socioeconómicos Emprego ou actividade económica do chefe do agregado familiar.

Os dados serão desagregados para permitir uma análise detalhada ao nível de bairros/unidades administrativas, permitindo identificar desigualdades socioespaciais. Segundo Harvey (2012), o espaço urbano é marcado por desigualdades estruturais que devem ser analisadas territorialmente.

4.2.1. Fonte e natureza dos dados

A investigação basear-se-á integralmente em dados secundários, as informações proveniente dos Censo Populacional de 2007 e 2017, produzido e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados serão seleccionados a partir de tabelas, bases estatísticas e relatórios oficiais que contemplam indicadores de urbanização, tais como: distribuição e densidade populacional; crescimento demográfico urbano; características das habitações; acesso a serviços básicos (água, saneamento, energia eléctrica); padrões socioeconómicos da população (OLIVEIRA, 2011).

Como a pesquisa utilizará informações secundárias provenientes do Censo Populacional, não será necessária a realização de trabalho de campo para colecta primária de dados. Portanto, não haverá entrevistas, questionários ou aplicação de instrumentos directos de

inquérito aos residentes. Os dados a serem analisados já se encontram sistematizados e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o que garante maior abrangência, representatividade estatística e uniformidade metodológica (OLIVEIRA, 2011).

Após a selecção dos indicadores relevantes, os dados serão submetidos a etapas de tratamento, sistematização e análise estatística. O processo metodológico será conduzido da seguinte forma:

Recolha documental de tabelas e relatórios censitários fornecidos pelo INE; os dados serão tratados estatisticamente com recurso ao Excel, para organização e limpeza dos dados em folhas de cálculo para posterior tabulação; Onde serão classificados e agrupados por categorias (bairros, condições habitacionais, acesso a serviços básicos, etc.); O software estatístico (SPSS) sendo aplicadas técnicas como distribuições de frequência, médias, percentagens e construção de tabelas e gráficos comparativos. Será também realizada uma análise comparativa entre os bairros urbanos, suburbanos e periurbanos, incluindo análise temporal entre 2007 e 2017. Representação cartográfica: os dados serão espacializados via SIG (ArcMap e Arcview GIS), permitindo identificar áreas com défice de urbanidade.

4.3. Justificativa pela não realização de trabalho de campo

Não será conduzida uma etapa de campo, uma vez que o estudo utilizará exclusivamente dados já existentes, validados e disponibilizados pelo INE. Assim, não há necessidade de aplicação de questionários, entrevistas. Os dados secundários garantem amplitude e fiabilidade, além de permitir análises multiescalares e comparativas sem deslocamento físico (GIL, 1999). A ausência de trabalho de campo não compromete o rigor científico, pois o Censo fornece uma base estatística sólida, representativa e metodologicamente reconhecida (INE, 2017).

4.4. Limitações metodológicas

Reconhece-se que o uso de dados secundários pode implicar limitações, especialmente relativas à desactualização temporal e à impossibilidade de aprofundar variáveis específicas não contempladas no Censo; Contudo, estas limitações não inviabilizam o estudo, sendo mitigadas pela robustez estatística e abrangência dos dados disponíveis (OLIVEIRA, 2011).

CAPITULO V

5. Cronograma de Actividades

Para a satisfação dos objectivos específicos e geral do presente estudo (todas as actividades descritas na metodologia) como mostra a Quadro 1 a seguinte sequencia e intervalo de tempo.

Quadro 3 - Cronograma de actividades

Actividades	2025 A 2026				
	Mês				
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março
Levantamento Bibliográfico					
Colecta de Dados Secundarios					
Tratamento e Análise dos Dados					
Desenho e apresentação do primeiro exemplar do relatório de investigação					
Revisão e correcção do Projecto					
Desenho do Segundo exemplar					
Revisão e entrega final					

6. Recursos

A realização deste estudo será em grande parte feito no gabinete com base em instrumentos de softwares de processamento de dados e geo-referenciamento assim como Excel, SIG e SPSS, o que significa que não vai acarretar grandes custos devido a não deslocação ao campo.

Tabela 3: Item e Orçamento

Categoria	Item	Quantidade	Preço Unit.(MT)	Subtotal(MT)
Materiais	Flash e Computador	2		Já disponível
Consumíveis	Esferográficas	2	15	30
Consumíveis	Lápis	2	10	20
Consumíveis	Borrachas	2	10	20
Consumíveis	Afiadores	2	10	20
Consumíveis	Notebook	2	60	120
	Internet e comunicações		1000	1000
Total				1210

7. Referências Bibliográficas

- BAIA, A. H. M. (2011). Os meandros da urbanização em Moçambique. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29 – Especial, p. 03–30.
- GIL, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas
- CASTELLS, M. (1977). The urban question. MIT Press.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1999) A modelagem de sistemas Ambientais. São Paulo: Editora Ambiental.
- HARVEY, D. (2012). Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution. Verso.
- VIANA D. L. (2010) Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma. IPEA - Desafios do Desenvolvimento.
- MATOS, E. A. C. de (2021). Cidade e Urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da Província da Zambézia. Revista Humanidades & Inovação, 8(46), 108–121.
- MATOS, E. A. C. (2024). Cidade de Maputo: processos e dinâmicas contemporâneas. Revista casa da geografia de sobral. ISSN 2316-8056.
- MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. (2010). Evolução e distribuição da população na cidade de Mocuba. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 14, n.3. p.46-61.
- MALOA, J. M. (2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180101. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>
- LIMA, J. C. M. (2023). Mobilidade e circulação urbana: análise das cidades de Quelimane e Mocuba. Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 6, p.46-64, abr.-jun.
- ARAUJO, M. G. M. (1999). A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, 34(67/68), 175–190.

OLIVEIRA, M. F. (2011). Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

ARAUJO, M. G. M. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique. GEOUSP: Espaço e Tempo, 14, 165–182.

Ministério da Administração Estatal e Função Pública. (2020). Diagnóstico integrado de infraestruturas e serviços básicos para os municípios da província da Zambézia: Município de Quelimane (Relatório nº 19002-A, versão 4). COWI Moçambique.

LIMA, J. C. M. (2023). Mobilidade e circulação urbana: análise das cidades de Quelimane e Mocuba. Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 6, p. 46-64, abr.-jun.

MALOA, J. M. (2019). Globalização e transformação dos espaços urbanos periféricos em Moçambique. AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, 3(3), 97–110.

NASCIMENTO, J. C. D. (2011). Cidade e urbano: uma abordagem teórica e conceitual. Geografia. julho 10.

RAPOSO, I. S., JORGE, S., VIEGAS, S., & MELO, V. (2012). Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana, 4(2), 189-205. <https://doi.org/10.7213/urbe.7395>

LEFEBVRE, H. (2001). A revolução urbana. Editora da Unesp.

INE (2017), Instituto Nacional de Estatística

Moçambique. Ministério da Administração Estatal e Função Pública. (2022). Política Nacional de Urbanização e Estratégia de Implementação (Versão preliminar). MAEFP.

SIÚTA, M., MAMBO, F., MANHIQUE, I., SHIFA, M., & MUNKUKA, B. (2024). Social inequality in Mozambique (Research Paper No. 312). Agence Française de Développement. June 17. <https://www.afd.fr/en/ressources/social-inequality-mozambique>

WORLD BANK. (2019). Mozambique Economic Update: Closing rural infrastructure gap key to achieving inclusive growth. The World Bank Group.

8. Apendice

A: Tabela de população por bairro de Cidade de Quelimane (MAEFP, 2020)

	Nr	Bairro	Populaca 2007	Populacao 2017	Area (ha)
Posto adiministrativo Urbano 1	1	1° de Maio	1946	2485	29.16
	2	24 de Julho	1272	1624	30.92
	3	Aeroporto A e B	9382	11982	150.93
	4	Chirangano	4162	5315	14.27
	5	Filipe Samuel Magaia	1881	2402	62.95
	6	Kansa	2535	3237	32.06
	7	Liberdade	4546	5806	94.91
	8	Mapiazua	2,691	3,437	26.01
	9	Piloto	855	1,092	12.23
	10	Popular	2,533	3,235	20.77
	11	Saguar A		11,868	22.64
	12	Saguar B	9,293		13.15
	13	Sinacura	2,959	3,779	35.61
	14	Torrone Velho	4,582	5,852	23.84
Posto adiministrativo Urbano 2	15	Coalane II A	12712	16,234	75.97
	16	Coalane II B			155.54
	17	Icidua	9,084	11,601	648.83
	18	Ivagalane	358	457	820.42
	19	Janeiro	7,012	8,955	40.17
	20	Murropue	1,275	1,628	280.65
	21	Torrone Novo	6,207	7,927	54.78
	22	7 de Abril	5,772	7,371	132.1
	23	Sangariveira	1,692	2,161	202.46
	24	Mirazane			1,982.87
posto aministrativo urbano 3	25	Acordo de Lusaka A	4,367	5,577	28.6
	26	Acordo de Lusaka B	5,634	7,195	97.22
	27	Coalane I	2,417	3,087	14.51
	28	Cololo	3,381	4,318	59.96
	29	Sampene	4,626	5,908	247.11
	30	Samugue	3,582	4,575	20.3
	31	1 de Maio A	3,169	4,047	34.1
	32	1 de Maio B	3,764	4,807	36.16
	33	25 de Setembro	1,797	2,295	32.9
	34	3 de Fevereiro	1,938	2,475	25.67
	35	Brandão	5,903	7,539	41.81
Posto administrativo urbano 4	36	Floresta A	6,983	8,918	165.92
	37	Floresta B			312.95
	38	Inhangome	1,009	1,289	375.38
	39	Manhaua A	10,622	13,565	74.87
	40	Manhaua B	5,512	7,039	791.31
	41	Micajune A	6,945	8,869	1,235.96
	42	Micajune B			
	43	Santagua A	16,856	21,527	98.3
	44	Santagua B			
	45	17 de Setembro	4,247	5,424	33.86
	46	Chuabo Dembe			288.26
	47	Bairro Novo			34.18
	48	Mborio			211.04
Posto administrativo urbano 5	49	Migano	1,432	1,829	210.84
	50	Namuinho	2,334	2,981	933.72
	51	Gogone	2,184	2,789	600.65
	52	Bazar	1,892	2,416	678.11